

Bases de uma política municipal de patrimônio museológico na Amazônia Mato-grossense: a experiência do Museu do Vale do Arinos (MuVA) na musealização e gestão de referências culturais indígenas

Foundations of a municipal policy for museological heritage in the Mato Grosso Amazon: The Experience of the Arinos Valley Museum (MuVA) in the musealization and management of indigenous cultural references

Enviado em: 31-03-2024

Aceito em: 26-06-2024

Saulo Augusto de Moraes¹

Renato Fonseca de Arruda²

Jairo Luís Fleck Falcão³

Kawayp-Katu Kayabi⁴

Marcelo Manhuari Munduruku⁵

Evanilson Crixí Morimã⁶

Dineva Maria Kayabi⁷

Francine Suélen Assis Leite⁸

Márcio Ferreira Rangel⁹

1 Pedagogo e Mestre em Educação (PPGEDU/UNEMAT). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNIDERP-Campo Grande/MS. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT. E-mail: salo.augusto.moraes@unemat.br

2 Graduado em História (UNEMAT). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN). Doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Cursa estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT, Campus de Cáceres, com apoio da CAPES. E-mail: renato.fonseca@unemat.br; fonsecaarruda@gmail.com

3 Historiador. Doutor em História (UNISINOS), docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara. E-mail: jairofalcao@unemat.br

4 Indígena Kayabi. Presidente da Associação Indígena Kawaiwete. Liderança indígena da Terra Indígena Apiaká-Kayabi (Juara-MT). E-mail: associacaoindigenakawaiwete@gmail.com

5 Indígena Munduruku. Mestre em Línguas Indígenas pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (BBG-PPGECII) e graduado em Licenciatura para Professores Indígenas (FAIND), ambos pela UNEMAT. Coordenador Regional da Funai no Noroeste de Mato Grosso-MT. E-mail: manhumdk@gmail.com

6 Indígena Apiaká. Graduado em Ciências Matemáticas e da Natureza pela Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI/UNEMAT). E-mail: evanilson.morima@unemat.br

7 Indígena Kayabi. Graduada em Pedagogia Intercultural. Liderança indígena mulher. Mestre em Línguas Indígenas pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (BBG-PPGECII) e graduado em Licenciatura para Professores Indígenas (FAIND), ambos pela UNEMAT. E-mail: dinevakayabi@hotmail.com

8 Pedagoga (UNEMAT). Mestre em Educação (PPGE/UFMT), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNIDERP-Campo Grande/MS. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT. E-mail: francine.leite@unemat.br

Resumo

Este artigo apresenta o processo de diálogos e reflexões interculturais que levou à criação do Museu do Vale do Arinos (MuVA) e a implementação de uma Política Municipal de Museu entre 2015 e 2024, em Juara, Mato Grosso. O estudo baseou-se em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, utilizando a abordagem da pesquisa-ação. Apesar de recente no contexto das políticas de memória e preservação do patrimônio cultural brasileiras, o MuVA se destaca pela gestão compartilhada com participação direta de povos indígenas, sociedade civil e universidade desde a sua fundação. Neste processo inclui os povos Apiaká, Munduruku, Rikbaktsa e Kayabi, que participaram diretamente na musealização e valorização de suas culturas. O modelo institucional do MuVA garante participação nos espaços de decisão e compartilhamento de responsabilidades. Este movimento é desafiador devido às tensões em torno das memórias, do compartilhamento e ocupação dos espaços decisórios, bem como dos acervos e narrativas no contexto da diversidade cultural local e regional.

Palavras-Chave: Decolonialidade, Gestão Compartilhada, Museologia

Abstract

This article presents the process of intercultural dialogues and reflections that led to the creation of the Museum of the Arinos Valley (MuVA) and the implementation of a Municipal Museum Policy between 2015 and 2024, in Juara, Mato Grosso. The study was based on bibliographic, documentary, and field research, utilizing the action research approach. Despite being recent in the context of Brazilian memory and cultural heritage preservation policies, MuVA stands out for its shared management, with direct participation from indigenous peoples, civil society, and the university since its inception. This process includes the Apiaká, Munduruku, Rikbaktsa, and Kayabi peoples, who directly participated in the musealization and appreciation of their cultures. The institutional model of MuVA ensures participation in decision-making spaces and the sharing of responsibilities. This movement is challenging due to the tensions surrounding memories, the sharing and occupation of decision-making spaces, as well as the collections and narratives in the context of local and regional cultural diversity.

Keywords: Decoloniality, Shared Management, Museology

Considerações iniciais

O território amazônico brasileiro constitui-se pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Com isso, ressalta-se que os seus processos sociais e históricos de ocupação foram distintos, dinâmicos e desiguais, aos quais passaram a conformar múltiplos territórios

9Museólogo e Mestre em Memória Social (UNIRIO). Doutorado em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz/COC. Atualmente é Diretor e Pesquisador Titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Professor Adjunto da Escola de Museologia (UNIRIO) e Professor da Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins. E-mail: marciorangel@mast.br

e territorialidades, bem como uma diversidade de comunidades e povos caracterizados historicamente por uma multiplicidade de culturas e fronteiras", pois aqui não se está a falar apenas de povos indígenas, mas também ribeirinhos e seringueiros, desde o início do século XX.

A Amazônia brasileira se configura não apenas como um bioma, mas como uma fração significativa do território nacional. Historicamente, acadêmicos e movimentos sociais têm destacado a necessidade de desconstruir a noção de lugar exótico e vazio socialmente. Por muito tempo, esse entendimento levou a apagamentos de memórias, bem como a exclusões das pessoas e grupos sociais dos processos e lugares que tomam decisões nas políticas públicas, inclusive as relacionadas à salvaguarda de memórias, porque tanto estiveram e ainda estão inseridos num processo de colonização (entendido como um projeto de longo prazo), com uma visão evolucionista e etnocêntrica que condicionou o "outro" como "atrasado", quanto o predomínio da visão de determinados grupos sociais sob a lente da pobreza e/ou "incivilizados".

Ao considerarmos o processo de construção de cidades na Amazônia mato-grossense, oriundas dos projetos estatais que financiaram empresas privadas de "colonização" a partir da década de 1930 e ampliado nas décadas de 1960 e 1970, a partir da década de 2010 observou-se a mobilização de grupos hegemônicos locais da cidade de Juara para a criação e a construção de um museu da "colonização". Ou seja, uma instituição pública municipal para garantir a legitimação do exercício do poder nas disputas pela representação do passado (Arruda, 2022). Neste sentido, percebe-se que a proposta de museu aconteceu na medida em que este passou a se conformar no imaginário local como um possível lugar privilegiado para a fabricação e difusão das narrativas, podendo ser "heróicas" e "pioneiras", que "confirma" o direito à posição de destaque e liderança (Sant'ana, 2009; Arruda, 2022; Moraes, 2022).

Ao focar no processo de constituição do Museu do Vale do Arinos (MuVA), deparamo-nos com um processo espaço-sociocultural recente, permeado por conflitos e organizações que formam e conformam estruturas de poder na região Amazônica, em especial, do norte do Estado de Mato Grosso. As disputas na construção de hegemonias e contra-hegemonias do poder (Sader, 2005; Ceceña, 2005). a partir de discursos e acervos históricos expostos em espaços museológicos ou casas de memória ainda são comuns. Contudo, o MuVA nos chamou atenção porque se propunha a contrapor esse modelo inicial, com proposta de museu tradicional, ainda presente no imaginário social da região.

Para tanto, apesar das noções formuladas em espaços acadêmicos que visam dilatar as noções de museu e patrimônio cultural, os atores sociais envolvidos consideravam como ponto de partida a concepção institucionalizada de museu e patrimônio cultural, como a definição estabelecida no Estatuto dos Museus, onde destaca como

instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil, 2009 e 2013).

Neste caso, a organização do MuVA além de considerar essa definição também se torna peculiar porque considera os instrumentos de gestão museal, como os diagnósticos e plano museológico (Brasil, 2009 e 2013), e se organiza como uma instituição museológica municipal mato-grossense organizada em forma de autarquia,¹⁰ com gestão compartilhada (município, universidade estadual, Instituto Ecumam, com representantes indígenas e da sociedade civil) com atribuições de implementar a política municipal de patrimônio museológico, bem como garantir a preservação de referências culturais indígenas e não indígenas na mesorregião norte do estado, macrorregião noroeste e microrregião Vale do Arinos.

Assim, buscamos apresentar o processo de diálogos e reflexões interculturais e interétnicas que desencadeou a criação e estruturação do Museu do Vale do Arinos (MuVA) entre os anos de 2015 e 2024, localizado na cidade de Juara, bioma Amazônico, na região norte de Mato Grosso. O museu enfoca as áreas de história, arqueologia, meio ambiente e etnologia, com enfoque no campo indígena, e temáticas ligadas ao meio ambiente e cidade, através das construções históricas, que se constituem referências culturais (Fonseca, 2001) locais não indígenas e indígenas. Enquanto instituição pública municipal, ainda que inserida numa política pública tardia na região, a sua atuação tem dado maior enfoque na temática indígena, seja por causa das problemáticas do tempo recente, seja porque o Vale do Arinos foi território indígena de diferentes etnias, muitas expulsas durante o processo de colonização recente (Guimarães Neto, 2003) e reocupação (Joanone Neto, 2007).

Horizontes teóricos e metodológicos

¹⁰Ver Olívio (2014), onde destaca a definição estabelecida no Art. Nº 5 do Decreto Lei 200, de 1967, como “entidade administrativa autônoma, criada por lei específica, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, destinada a executar atividades típicas da administração pública de maneira descentralizada”.

Em termos metodológicos, este artigo é atravessado pelas experiências dos autores, vivenciadas em diferentes tempos e contextos no processo de criação, implementação e estruturação do MuVA, localizado no município de Juara, Mato Grosso. Nesse sentido, cada contribuição se fundamenta na dimensão axiológica de cada autor (Adorno & Horkheimer, 2006). Para tanto, contou com as pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa-ação.

Com base na pesquisa bibliográfica (Gil, 2007; Marconi & Lakatos, 2023), realizamos levantamento de artigos publicados, dissertações de mestrado e teses de doutorado para subsidiar a análise, contextualização e confronto de dados. Gil (2007) explica que o contato com produções e publicações de caráter científico e jurídico sobre o assunto que se deseja interpretar, analisar, descrever e criticar fornecerá embasamento para a reflexão acadêmica e para a geração de novos dados científicos.

Na pesquisa documental, buscou-se fontes primárias institucionais e jurídicas disponíveis em *sites* digitais e arquivos físicos do MuVA, bem como matérias de imprensa local. No âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Juara (MT), recorreu-se aos projetos e relatórios de pesquisa e de extensão desenvolvidos entre 2015 e 2022. No Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos (ECUMAM), recorreu-se aos ofícios e outros documentos internos. Por último, os documentos institucionais e informações institucionais disponíveis no *site* do Museu do Vale Arinos¹¹, onde estão disponíveis o estatuto, o regimento interno, o organograma, entre outras informações.

A partir da perspectiva da pesquisa-ação (Arruda, 2022) foi possível analisar o processo composto pela idealização, construção e institucionalização jurídica e administrativa do MuVA, bem como a compreender os movimentos sociais e universitário em contextos interculturais. Essa perspectiva encontra-se imbricada nas produções acadêmicas, que tem balizado pelas experiências dos autores. Breton e Alves (2021, p. 03) explicam que a experiência “é vivida antes de ser captada pelo pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus componentes”. Neste sentido, é a experiência “que desperta o poder de conhecer”, assim, é na experiência que acontecem as aprendizagens (Kastrup, 2008).

Ao trazer para a abordagem museológica, com base em André Desvallées e François Mairesse (2013, p. 57), entende-se a musealização como uma “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou

¹¹Ver: www.museudovaledoarinos.org.br

musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal”. Com isso, os autores (2013, p.57) destacam ainda, que, “por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de ‘thesaurização’ e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto”.

Neste caso, esse museu considera os aspectos teóricos e metodológicos da museologia social, com intervenção social direta, somando-se a proposta de expandir geograficamente as produções bibliográficas especializadas, mas não restrita as experiências e práticas de “museologia colaborativa” com povos indígenas, com enfoque principal nas gestões de coleções e organização de coleções (Françozo; Van Broekhoven, 2017). Busca-se compreender um movimento que visa ir além de participações pontuais, muitas vezes, sob a condição de tutela intelectual e institucional para com os indígenas envolvidos.

Com isso, diante das relações de poder no contexto das instituições e as disputas locais, observa-se um esforço de se construir junto com os indígenas ações de preservação do patrimônio cultural a partir do museu, visando garantir a participação ativa na disputa por espaços públicos em todas as etapas da proposta de um novo modelo de organização e na participação na gestão institucional, com estrutura municipal minimamente capaz de se proteger e reagir as intervenções políticas. Da mesma forma, mediante ao interesse pelo reconhecimento da responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade civil na garantia dos direitos culturais (Brasil, 1988).

Reconhece-se as noções de museus e patrimônio cultural (Meneses, 2012; Chuva, 2012 e 2020) como categorias de pensamento alheias as cosmovisões dos povos indígenas, mas que vem sendo cada vez mais apropriados como instrumento de luta para o reconhecimento e que deve ser observado a partir de uma concepção integrada de patrimônio material e imaterial para integrar diversos sentidos e narrativas (Meneses, 2012; Van Velthem, Kukawka, Joanny, 2017; Arruda, 2022; Moraes, 2022; Kirshenblatt-Gimblett, 2004).

Contexto regional nas políticas de preservação do patrimônio cultural

As políticas de preservação do patrimônio cultural no âmbito da esfera municipal encontraram poucas adesões quando comparada a quantidade de municípios brasileiros mesmo após a promulgação da Constituição Federal em 1988. A proposta de criação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural decorre desta problemática e como ação para mitigar esse desafio (Arruda, 2014). Por outro lado,

identifica-se como incipiente a política municipal de museu com enfoque principal a preservação de referências culturais de povos indígenas.

Conforme Arruda (2022), em 2015, dos 141 municípios mato-grossenses, apenas 15 tinham legislações municipais de preservação do patrimônio cultural. Para o autor op. cit. (2022), em 2022, em relação aos museus, havia uma concentração na capital, Cuiabá, com 22, dos 58 museus de Mato Grosso. O MuVA (figura 1) é um dos poucos museus municipais situados no interior do Estado, mais especificamente na Mesorregião Norte, em Juara (MT). O município atualmente é habitado por 34.906 pessoas, sendo parte dos povos indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku, além do registro Tapayuna, etnia transladada compulsoriamente, na sua integralidade, para o Parque Indígena Xingu em meados da década de 1970. Esses povos formam um quadro populacional de cerca de 1.552 indígenas perante o total de 34.906 pessoas no município de Juara, sendo que destas 1.318 estão em terras indígenas e 234 em outras áreas (IBGE, 2022).

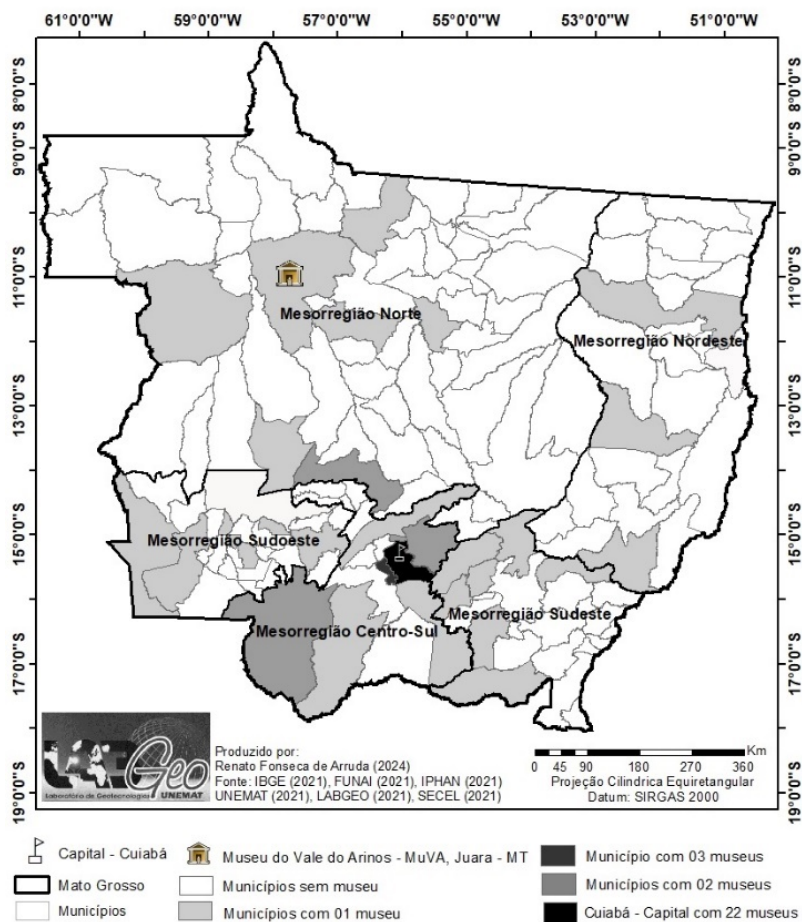


Figura 1: Localização do MuVA e distribuição dos 58 museus por mesorregiões e municípios mato-grossenses. **Fonte:** Arruda (2022).

Conforme pode-se observar na definição da mesorregião Norte de Mato Grosso no mapa acima, essa constitui-se por 55 municípios e concentra o maior número de povos indígenas do estado, com 21.573 pessoas, equivalente a 36.96% das 58.356 pessoas indígenas (IBGE, 2022). Essa mesorregião passou a ser planejada e reocupada por processos de colonização privada a partir da década de 1950, com apoio contínuo dos governos federal e estadual, que criaram bases legais para a expropriação dos territórios indígenas, provocando tragédias e ameaças que chegam até os dias atuais, como, por exemplo a ameaça da tese do Marco Temporal, em âmbito nacional, e a ameaça do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 17/2020, em âmbito estadual, que pode abrir precedentes para a continuação da expropriação e invasão de territórios indígenas.

O longo processo de colonização interna (González Casanova, 2007; Arruda, 2022) legou à colonização privada recente do estado de Mato Grosso (Guimarães Neto, 2003) e sua reocupação (Joanoni Neto, 2007) essa subalternização e o não reconhecimento das complexas construções históricas, da diversidade cultural com as fronteiras étnicas (Barth, 1976) dos povos indígenas dessa região da Amazônia.

Ao enxergarmos esse processo dentro do contexto da modernidade (Dussel, 1993), pode-se observar que se racializou os povos ameríndios, os quais uma vez ‘conquistados’, foram submetidos a um intenso processo de assimilação. Suas culturas autônomas foram subjugadas e transformadas pelos valores coloniais (Quijano, 2005). Assim, essas populações foram subalternizadas (Spivak, 2010).

Na medida em que ocorreu a reocupação da região norte de Mato Grosso, fração do extenso território amazônico, novos municípios foram fundados e, *pari passu*, a construção de monumentos que demarcavam esse processo histórico, com demonstrações públicas do exercício do poder a partir das estruturas institucionais, objetos, monumentos e imagens, construídos com o propósito de cumprir funções sociais, políticas e culturais na produção das identidades locais, que se fundamentavam basicamente na memória da colonização privada, antagonizando as memórias indígenas nas disputas pela representação do passado.

Com base em Choay (2006, p.25), compreende-se que esses monumentos são pensados “*a priori*”, cujas finalidades é a de “reviver um passado mergulhado no tempo”, constituídos por estátuas de indivíduos tomados como “heróis”, “pioneiros”, “desbravadores”, distribuídas em praças e órgãos públicos (figura 2), à espaços coletivos de memória e museus. Conforme Arruda (2022), a proposta do “Museu do Colonizador”, em Juara, criado legalmente em 2011, foi pensada a partir desta noção de história e o museu voltado para o fortalecimento das memórias dos colonos.



Figura 2: Praça do Colonizador, o Monumento ao Colonizador e o MuVA no fundo. Foto: Arruda, 2024.

No entanto, a construção e implementação do MuVA a partir de ações que contrariavam as noções que privilegiavam apenas um grupo social levou a extinção do Museu do Colonizador. Essas ações foram impulsionadas pela urgência de garantir o direito à memória em meio às disputas existentes, que frequentemente resultavam no apagamento e silenciamento do legado material e imaterial dos povos indígenas, através da marginalização da diferença e da negação da diversidade cultural presente nos territórios do norte mato-grossense, que afastam e/ou inviabilizam parte de lideranças de distintos povos indígenas interessados em ocupar as estruturas do Estado.

Trajatória e tessituras de um museu em permanente construção

Como uma obra de arte construída em muitos pedaços e etapas, o MuVA se revela como um mosaico feito por muitas mãos. Ele é, antes de tudo, o resultado de diálogos e embates sociais, além da elaboração de estratégias políticas e da criação de espaços interculturais e interétnicos de debate. Esses processos levaram à criação e implementação do museu como um lugar público e institucional, marcado pelo afeto, acolhimento de indivíduos, e pelo reconhecimento das memórias e referências culturais tanto dos povos indígenas quanto dos demais povos que recentemente ocuparam esta parte da Amazônia mato-grossense.

Enquanto movimento cultural, o museu se formaliza institucionalmente pela primeira vez em 2015 no contexto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Juara, na forma de um projeto de extensão com interface na pesquisa. Nesse contexto, uniram-se os anseios indígenas, populares e acadêmicos por meio da institucionalização do projeto de pesquisa "Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes", que buscou "elaborar e implementar um processo dialógico desafiador (e inovador) na região, colocando sob a mesma égide sujeitos e instituições culturalmente diferentes" (Moraes, 2021, p. 133). Sua finalidade principal foi de:

Compreender como a memória dos habitantes do Vale do Arinos são formadoras das representações históricas sobre a microrregião, no sentido de que o conhecimento do percurso histórico contribua para a reflexão sobre a sustentabilidade socioeconômica e cultural na (re)configuração territorial das cidades do Vale do Arinos, e assim publicizar os resultados. Também objetiva coletar, tratar e disponibilizar documentos escritos, iconográficos e audiovisuais sobre a ocupação e reocupação do território de Porto dos Gaúchos-MT, Novo Horizonte do Norte-MT, Tabaporã-MT e Juara-MT; analisar as diferentes memórias das diversas formas de ocupação e reocupação do território formador do que se constitui como microrregião do Vale do Arinos; compreender as memórias em disputa que se configuram na construção da história dos municípios dessa microrregião; analisar os diferentes projetos de construção e desenvolvimento local e da microrregião do Vale do Arinos, em suas dimensões econômica, social e cultural; compreender o papel da educação no processo de colonização e na disputa da memória; construir narrativas sobre a história e a educação da microrregião do Vale do Arinos (Falcão, 2023, p. 3).

A partir de 2016, por meio do projeto de extensão denominado "Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos", o MuVA se consolidou como movimento intercultural e interétnico, envolvendo professores, pesquisadores, estudantes, produtores culturais, profissionais de diferentes áreas do conhecimento científico e diferentes grupos indígenas da região (Moraes, 2022; Arruda, 2022). Para tanto, justificava-se tanto pelo processo de exclusão da memória dos povos indígenas e demais minorias políticas quanto pelo fato de que "na região do Vale do Arinos, artefatos do patrimônio arqueológico tem sido objeto de coleta e coleção por parte dos moradores que os mantem sob guarda sem maiores cuidados" (Unemat, 2016, p.06). Em contraste, isso contribuiu para a formação do acevo através da mobilização por meio de

(...) ações de educação patrimonial junto à comunidade ao mesmo tempo em que resgatamos desses moradores muitos materiais arqueológicos por meio da sensibilização. Assim, os materiais recebidos foram se acumulando e hoje se encontram guardados dentro de caixas, até que sejam catalogados e disponibilizados para estudo e divulgado ao público (Unemat, 2016, p. 06).

A proposta visava considerar as demandas locais dos diferentes grupos sociais sem desconsiderar os saberes técnicos envolvidos nos processos de preservação do patrimônio a partir da musealização. Além disso, justificava-se porque

A região do Vale do Arinos é caracterizada por sua diversidade cultural. Trata-se de uma região histórica onde as culturas tradicionais indígenas e as religiosas sobrevivem lado a lado com as manifestações da cultura contemporânea. As mais antigas manifestações culturais identificadas nessa região são arqueológicas e etnoculturais indígenas. Nessa região se encontra a histórica terra indígena Kayabi, seu berço original (hoje desabitada) com uma infinidade de artefatos arqueológicos (líticos, cerâmicos etc.) que devem ser devidamente resgatados e estudados em um museu. Em outras áreas da mesma região foram identificadas gravuras rupestres de tipologias diversas. Há estudos acadêmicos que dão conta de variadas etnias indígenas hoje extintas que habitaram essa região (Unemat, 2016, p. 06).

A execução desta fase do projeto de extensão contou com a participação direta das comunidades indígenas e, nominalmente, um total de sete lideranças indígenas e mais onze cartas de anuência, inclusive de outras duas prefeituras da microrregião Vale do Arinos, além de outros órgãos. Para a mobilização institucional e política, recorreram a divulgação das ações na imprensa local. Contudo, ao desenvolver uma análise das práticas do MuVA, Moraes (2022) explica que

na história – ainda recente – da instituição, que, no seu início, alguns profissionais cientistas aconselharam calma para a sua propositura institucional. *Voto vencido*, como se diz, seguiu-se a institucionalização à revelia (com boa intenção) da cautela e do planejamento adequados. Projetos complexos com processos dialógicos complexos tendem a buscar resultados mais práticos, mais imediatos, pois compreendem que a burocracia (planejamento, metodologia) pode ficar para depois: *depois a coisa vai se ajustando aos poucos* (vivência pessoal). Mas há que se fazer justiça ao movimento popular: as pessoas que desejam que sua comunidade (cidade, aldeia etc.) avance com determinado projeto, se agarra num fio de esperança, intangível, muitas vezes a elas próprias, e buscam avançar por todos os meios e modos, não desistem. No dia seguinte lutam novamente, no outro idem, e não deixam o ânimo baixar. O movimento popular tem pressa, não suporta mais esperar, esperar, esperar... se lhe é negado o sonho, a utopia, não o será o esperar e a luta por um museu popular, um museu do povo, um museu do peão da roça, um museu do caboclo do chão e do mato, um museu do professor e da professora, um museu do operário e da benzedeira, um museu do sangue derramado, um museu do suor e da lágrima, um museu do indígena e do ribeirinho, um museu do conflito, um museu da esperança, um museu do oprimido, museu da prostituta e da dona de casa, museu da homossexualidade e da beleza... Talvez devesse ser essa, afinal, a função social, primordial, do museu: o movimento líquido, fluido e sem fronteiras entre as ciências e o senso comum, o gnosiológico e o ontológico, entre o tecnicismo/cientificismo e o efêmero, o diletante, o inconstante, o transcendental, o contraditório, o inexplicável, o imperpétuo. Um museu da felicidade e da vida (pois a felicidade e a vida são efêmeras, diletantes, inconstantes, transcendentais, contraditórias, inexplicáveis e imperpétuas), não um museu da morte (pois a morte é objetiva, certa, irrevogável e perpétua). O povo simples gosta de felicidade e de vida. Quem não gosta de felicidade e de vida é o capital; o povo simples gosta da boniteza freireana e não da feiura smithiana. O museu-mausoléu, o museu-colonizante está para administrar objetiva, irrevogável, imperiosa e tecnicamente a morte. Já o museu-vida, o museu-movimento, o museu-fluido, o museu-líquido, o museu-decolonial está para contra-administrar objetiva, irrevogável, imperiosa e tecnicamente... está para a desobediência civil, para a desobediência epistêmica, desobediência metodológica colonial moderna,

desobediência institucional. A contra-hegemonia de um museu do povo para o povo. O museu-revolução que está para as tessituras, para as fagocitações, para as decisões subjetivas e espontâneas – e tudo é acerto e erro, contrários que se completam, o contingencial de um, que faz o outro existir(Moraes, 2022, p. 130-131).

Dentre as ações, articulações e práticas próprias das dinâmicas dos movimentos sociais, observou-se que a agenda política que pautava a construção de um lugar de proteção das memórias e das referências culturais dos diferentes povos da região do Vale do Arinos se apoiava na *práxis* freiriana. Pois, apesar de muito presente nos debates do patrimônio cultural e da museologia desde a década de 1980, esse movimento demonstrava-se pouco integrado aos debates e embates teóricos e metodológicos das museologias, seja enquanto disciplina, seja a museologia-movimento consolidada na museologia social.

Contudo, esta perspectiva possibilita perceber a ligação entre a luta dos movimentos populares e os princípios da museologia social, que tem como compromisso a redução das injustiças e a valorização das memórias e expressões culturais marginalizadas, considerando a urgência e a determinação dos movimentos em conquistar espaços de representação e preservação de suas identidades. A museologia social, portanto, emerge como uma resposta às demandas históricas e sociais por um museu que não apenas conserve objetos, mas que atue como agente transformador e inclusivo, ecoando as vozes e as vivências daqueles que historicamente foram silenciados (Chagas e Gouveia, 2014; Gouveia e Pereira, 2017).

No processo de construção até a criação do MuVA por meio de lei municipal, os diferentes grupos sociais recorreram às mobilizações pela internet como estratégia de dar publicidade às ações. Isso colaborou para dar visibilidade e alcance ao Projeto de extensão, pois a imprensa local detém um público amplo e diversificado, além de também passar credibilidade e confiança. De modo geral, a imprensa é considerada pela sociedade como uma fonte confiável de informações. Havia o entendimento entre os diferentes atores envolvidos de que quando um projeto é apresentado na mídia, isso aumentaria a confiança aos olhos do público, levando assim a uma comoção por parte da população. Ao implementar essa estratégia, a população local passou a buscar os coordenadores do projeto para a realização de doação de documentos e objetos históricos que contribuíssem, de algum modo, para compreender o processo de ocupação do território e formação do município de Juara.

Em 2017, por outro lado, o projeto de extensão integrado aos movimentos sociais passou a demonstrar certa organicidade, possibilitando o alcance dos primeiros objetivos a partir do Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale

do Arinos (ECUMAM), uma organização da sociedade civil colaboradora no projeto de extensão, a qual protocolou junto à presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Juara (MT) o requerimento com o Projeto de Lei (PL) Municipal com a proposta de criação como uma instituição municipal, sendo aprovada em janeiro a Lei Municipal nº 2.682, de 2018.

Como distinção do Museu do Colonizador, que não chegou de ser efetivamente implementado (Arruda, 2022), o desafio inicial do MuVA se constituía em definir o local para dar o primeiro passo na sua existência física no contexto do município. Após articulações e negociações políticas e técnicas com a gestão municipal, foi cedido o imóvel no centro da cidade, na Praça dos Colonizadores, onde passou a ter uma área construída de 152 m², correspondendo a 15,67% dos 970m² da Praça. Neste lugar passou ter o Laboratório de Memória, Imagem e Som; a sala da administração; a sala da Câmara Setorial de Natureza; a cozinha; a sala de exposição permanente e dois banheiros, um interno e outro externo (Arruda, 2022).

De acordo com Munduruku (2019), isso se deu num panorama complexo que visava desde a implementação até o efetivo cumprimento da função social do MuVA. Simbolicamente, a definição do local de criação na Praça dos Colonizadores trouxe um significado relevante para as lideranças indígenas, pois

a praça configura o cartão postal da cidade. Cidade que infelizmente carrega o apelido de “capital do gado”, uma referência ao agronegócio (pecuária) que domina o mercado local e regional. Tal observação da localização do prédio do museu se dá pelo fato de que o próprio prédio (após ser conseguido com muitas lutas) fora pintado pelos indígenas com as respectivas cores tradicionais de cada etnia, o que configura uma afronta à cúpula do poder político e econômico local. Mas para chegar até a “praça dos colonizadores” fora empreendido muitas lutas, muitos esforços, muitas estratégias e muita dedicação (Munduruku, 2019, p. 07).

Enquanto Museu-Movimento, a composição (segmentos acadêmico, populares e indígenas) e o processo de luta em torno da sua construção e implementação do MuVA, baseado em processos dialógicos complexos que conformam em características plurais, a demonstram a formação de um movimento transversal e plural que, aos poucos, vai se identificando com a perspectiva do patrimônio cultural e museu decolonial, haja vista que as atividades desafiam as concepções coloniais e eurocêntricas de museus (Moraes, 2022; Arruda, 2022; Munduruku, 2019).

No campo indigenista, o MuVA é uma instituição fundamental no processo de desconstrução da narrativa colonizatória sobre a recente reocupação da Amazônia mato-grossense (Moraes, 2021, 2022; Arruda, 2022; Munduruku, 2019). Em particular,

o museu contraria a narrativa que descreve a região como um "vazio demográfico" a-histórico (Guimarães Neto, 2003; Joanoni Neto, 2002). Esta narrativa foi amplamente utilizada para "justificar" a expropriação e exploração das terras indígenas e para subalternizar a presença histórica e contínua dos povos indígenas na região. A forte presença étnica nos acervos do MuVA visa contrapor essas narrativas colonizatórias, fornecendo evidências tangíveis das diversas narrativas sobre a ocupação indígena e não indígena regional ao longo de séculos.

Na forma de organização administrativa, o MuVA possibilita o contato com uma estrutura inovadora e desafiadora no contexto das instituições municipais, organizada na forma de gestão compartilhada, tanto a participação indígena e quanto não indígena, que vai além da participação pontual em pesquisa e usos dos acervos etnológicos. Essa participação rompe com a presença apenas material de populações indígenas dessa região, trazendo-os para o processo de gestão curatorial e compartilhamento do espaço público de tomada de decisão, que historicamente foi negado aos sujeitos indígenas (Moraes, 2022; Arruda, 2022; Munduruku, 2019).

Todavia, esse processo não foi e nem tem sido pacífico, haja vista que desde o processo de aprovação do Projeto de Lei de fundação do MuVA ocorreram articulações de políticos que buscavam reduzir a participação indígena nos lugares de decisão, sendo garantido inicialmente a representação de apenas um povo indígena com aldeamento no município de Juara, gerando enfrentamentos e desconfianças entre as lideranças dos povos indígenas.

Em 2020, após muitos diálogos, o movimento social em torno do MuVA num diálogo com vereadores, conseguiu articular junto a Câmara Municipal Vereadores a alteração da Lei, substituindo-a pela Lei Municipal nº 2.874, de 2020. Dessa forma, além de possibilitar a criação de nova estrutura administrativa, como o caso da coordenação de ensino, pesquisa e extensão, somada ao arquivo municipal vinculado ao museu, também se ampliou a representatividade indígena, instituindo legalmente a participação de um representante de cada etnia no Conselho Curador do museu, órgão soberano de deliberações.

O Conselho Curador merece atenção, pois sua criação buscou instituir um espaço voltado para a tomada de decisões colegiadas na gestão do museu, com responsabilidades compartilhadas em todas as circunstâncias (política, financeira e administrativa). Essa proposta rompe com a estrutura hierárquica institucional dos museus tradicionais e públicos, cujo poder principal e amplo fica concentrado no chefe do poder executivo.

Mediante a institucionalização, a definição e a regulamentação das atribuições do Conselho Curador no âmbito do MuVA, criou-se uma organização baseada na estrutura de autarquia, com possibilidades de criar barreiras e evitar que a instituição museal fosse colocada sob gestão de grupos hegemônicos locais, podendo ser ora dirigida sob a indicação meramente política, ora como moeda de troca à correligionários políticos, tal como ocorre comumente nas instituições municipais. As decisões passaram a ser compartilhadas entre: 02 representantes da prefeitura municipal de Juara (MT); 02 representantes da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara (MT); 02 representantes do Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos (ECUMAM); 01 representantes do povo indígena Apiaká; 01 representantes do povo indígena Kayabi; 01 representantes do povo indígena Rikbaktsa; 01 representantes do povo indígena Munduruku.

Do ponto de vista da organização institucional, o MuVA passou a ser assentado a partir dos seguintes instrumentos jurídicos (tabela 01):

Tabela 01: Instrumentos Jurídicos do MUVA

- | |
|---|
| 1 - Lei municipal nº 2.682 de 15 de janeiro de 2018. |
| 2 - Lei municipal nº 2.874 de 16 de outubro de 2020. |
| 3 - Portaria Municipal nº 278 de 30 de maio de 2018. |
| 4 - Portaria Municipal nº 345 de 01 de junho de 2021. |
| 5 - Estatuto do MUVA (2020). |
| 6 - Regimento Interno do MUVA (2020). |

Fonte: Moraes (2022) e Arruda (2022).

Diante do espaço garantido por Lei Municipal, que prevê junto com o Instituto ECUMAM a participação e a corresponsabilidade de representantes da UNEMAT desde o Conselho Curador até as instâncias de gestão direta, o MuVA passou a ganhar destaque na universidade. Esse envolvimento permitiu ao museu compor o movimento que atuou diretamente na proposição e construção da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural em 2022, receber bolsistas e estagiários, dar continuidade à execução de projetos em colaboração com os representantes da universidade, bem como abrigar o Laboratório de Memória, Imagem e Som (LAMIS).

Dessa forma, ao desenvolver ações de pesquisa, ensino não escolar e extensão com ressonância direta na transformação da realidade regional, considerando a pluralidade cultural e o direito à memória dos diferentes povos e

comunidades, o MuVA conquistou um *status* que pode ser considerado de museu universitário (Arruda, 2022).

Neste contexto, o Laboratório de Memória, Imagem e Som (LAMIS) constitui-se como outro ponto de referência institucional da universidade no contexto do MuVA. O LAMIS atua na salvaguarda da memória regional por meio de gravações em áudio e audiovisuais, documentos iconográficos digitalizados e fotografias digitalizadas, abrangendo tanto as culturas indígenas quanto as não indígenas. Esse laboratório tem fomentado o desenvolvimento da produção acadêmica e o engajamento profissional voltados para a transformação local, possibilitando o acesso aos diferentes períodos e contextos históricos da região. Além disso, amplia as possibilidades de se enxergar as múltiplas formas de apreensão do passado e de significação da realidade, permitindo romper com visões lineares e narrativas constituídas por discursos hegemônicos que visam garantir o apagamento da diversidade cultural dos povos indígenas através do assimilacionismo.

Ao observar os acervos do MuVA, é possível identificar que eles estão organizados de acordo com as áreas técnicas e a estrutura administrativa do museu. O acervo é composto por aproximadamente 219 peças, tanto físicas quanto digitais. As peças físicas incluem objetos tangíveis, como artefatos arqueológicos, fósseis, obras de arte, moedas, e demais itens que contribuem para entender o processo histórico da região. As peças digitais consistem em arquivos eletrônicos, como imagens digitalizadas, documentos digitalizados, e registros audiovisuais, documentais e fotográficos. Essas peças estão distribuídas nas seguintes áreas: arqueologia, história local, ciências biológicas e ambientais, paleontologia, geologia, arte e etnologia. No quadro 01, conforme segue, constam as abrangências nas respectivas áreas:

Quadro 01 – Áreas e tipos de acervos musealizados	
História	Documentos iconográficos (físicos e digitalizados); fotografias (físicas e digitalizadas); audiovisual antigo; patrimônio material (rua histórica de paralelepípedo, cinema da década de 1970; máquinas de datilografia; câmeras fotográficas antigas; TVs antigas; rádios antigos; cédulas de dinheiro antigo; moedas antigas (desde o séc. XIX); discos vinil e CD; fitas VHS; aparelho de vídeo K7; revistas; jornais; livros; objetos relacionados a vida rural; radiolas; tear de madeira; aparelhos de áudio (radiolas e vitrolas); aparelhos hospitalares (primeiro hospital da cidade), materiais ligados ao mundo cotidiano das décadas de 1960 em diante.
Arqueologia	Lítricos polidos; líticos lascados; bacias de oficina lítica; cerâmicas, sítios arqueológicos, abrigos rupestres.
Etnologia	Cestaria; plumária (cocares e corpo); arco e flecha; remos; burdunas; colares (pescoço, braços, pernas e corpo); chocalhos ritualísticos; óleos corporais e de cabelo; sementes, pinturas tradicionais indígenas na parede do prédio do museu (todas relacionadas com as etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa).
Natural	Insetários; paleontológico; registros fotográficos de cavernas, grutas, paredões; chapadas, rios, ilhas, florestas (fauna e flora regionais) – requerida uma ilha do rio Arinos para a construção de uma Estação Ecológica (em processo).

Artes	Pintura em telas, pano, recicláveis; esculturas em madeira; artesanatos em madeira, plástico, metal; mesas, bancos, cadeiras; bonecas de pano; brinquedos artesanais; livros regionais: produção de um livro, publicado em 2023; FESCAVALE e FESC, eventos artísticos e culturais com mais de três edições realizadas.
Geologia	Exemplares de diferentes mostras geológicas regional (pedras utilizadas para fabricar joias).
Fonte: Moraes (2022) e Arruda (2022).	

Essas seis áreas, compostas por História, Arqueologia, Etnologia, Ciências Naturais, Artes e Geologia, foram instituídas a partir das articulações entre gestores, coordenadores de áreas técnicas e membros dos projetos de extensão e pesquisa, com a participação das lideranças das quatro etnias indígenas da região. Essa colaboração contribuiu para a formação de partes dos acervos etnológicos, etnográficos, históricos, arqueológicos, artísticos e geológicos (Moraes, 2022; Arruda, 2022).

Por outro lado, a composição entre a sociedade civil organizada e a Universidade construiu uma articulação institucional voltada para a implementação do museu como um instrumento da luta no contexto da política municipal de preservação do patrimônio por meio da musealização de referências culturais indígenas. No entanto, essa implementação também fez com que o museu se tornasse uma instituição em disputa no contexto das lutas pelo poder em nível municipal. Grupos hegemônicos, que se consideram herdeiros da memória dos colonizadores, passaram a contestar as ações do museu, enquanto a minoria política ligada às comunidades e ao movimento negro do município passou a reivindicar um espaço próprio. Esse processo evidenciou a complexidade da atuação do MuVA e certa (in)capacidade de ampliar a participação no museu.

Embora o MuVA seja essencialmente um espaço de poder e disputa, talvez justamente por isso, cabe reconhecer que ele tem um longo percurso a cumprir para atender plenamente a sua função social, superar as suas fragilidades, alcançar as potencialidade de modo a cumprir as diversas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto dos Museus (2009), conforme indicado no Relatório Interno (2022) e por Arruda (2022).

O Relatório Interno do Museu do Vale do Arinos (2022) e Arruda (2022) indicam um conjunto de fragilidades e potencialidades da instituição, que se constituem em forças e fraquezas no processo de construção, consolidação e ampliação de uma política municipal de preservação do patrimônio cultural com enfoque nas referências culturais dos povos indígenas e não indígenas. Entre essas, destacam-se:

Fragilidades:

- a) Recursos materiais e financeiros;
- b) Recursos humanos;
- c) Infraestrutura predial (telhado; instalações elétricas; banheiros);
- d) Infraestrutura administrativa (impressora; cadeiras e mesas adm. ar-condicionado);
- e) Iluminação (interna e externa);
- f) Reserva técnica – exigências do IPHAN e IBRAM;
- g) Laudo do corpo de bombeiros (inexistente) – exigências do IPHAN e IBRAM;
- h) Plano Museológico (inexistente) – exigências do IPHAN e IBRAM;
- i) Inventário de acervos (inexistente) – exigências do IPHAN e IBRAM;
- j) Documentação museológica (processos documentais de musealização de patrimônios) inexistente – exigências do IPHAN e IBRAM;
- k) Centro de Pesquisa (UNEMAT);
- l) Estantes/mostruárias;
- m) Laboratório de Memória, Imagem e Som;
- n) Biblioteca;
- o) Pouco acervo natural;
- p) Pouco acervo artístico;
- q) Poucas produções artísticas e culturais.
- r) Pouco acervo iconográfico e fotográfico, físicos;
- s) Site oficial (inexistente);
- t) Artesanatos indígenas e não indígenas (economia criativa) sem uma política de fomento e comercialização;
- u) Ausência de formação para os servidores e bolsistas (desde a inauguração);
- v) Ausência da Sala da Ciência da Natureza (a sala destinada, hoje é ocupada por patrimônios que deveriam ser acondicionados na Reserva Técnica);
- w) Banner principal deteriorado.
- x) Campanha de educação patrimonial (imprensa, escolas e universidade)

Potencialidades:

- a) Engajamento social;
- b) Acervo arqueológico;
- c) Acervo histórico físico e digital;
- d) Unemat (engajamento de docentes, técnicos e acadêmicos);
- e) Instituto Ecumam (engajamento institucional externo com o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro cessão Mato Grosso; Recursos de emenda parlamentar da Dep. Fed. Rosa Neide para constituição do Observatório do Patrimônio Cultural Matogrossense; Recursos para a Loja de Artesanato do museu junto ao Projeto REM-MT entre outros);
- f) Associações Indígenas (engajamento);
- g) Escolas públicas de Juara (engajamento);
- h) Grupos indígenas (engajamento);
- i) Excelente currículo institucional;
- j) Publicações científicas (relatos de experiências em eventos, publicações em periódicos e uma dissertação de mestrado);
- k) Acervo cultural digital;
- l) Estratégia de gestão compartilhada (descentralização, co-responsabilidade, maiores possibilidades para a resolução de problemas;
- m) Vinculação a projetos de extensão universitária;
- n) Cadastrado junto ao IPHAN;
- o) Cadastrado junto ao IBRAM;
- p) Excelente localização: Praça dos colonizadores (centro da cidade facilitando acessibilidade, visitas escolares e eventos);

- q) Citado em diversas matérias de imprensa regional, estadual e nacional, como Portal G1 e UOL, por exemplo;
- r) Assistido por um grupo multidisciplinar de profissionais voluntários;
- s) Acesso irrestrito às áreas indígenas do Mato Grosso, incluindo o Xingu;
- t) Acesso às áreas de sítios e fazendas (para identificação e registro de sítios arqueológicos);
- u) Ótima segurança interna (dois vigilantes e duas câmeras de circuito interno);
- v) Apoio para a realização de Termo de Ajustamento de Conduta pelo MP local;
- w) Apoio para a realização de cadastro junto ao *sistema de recebimento de recursos* do MP local;
- x) Projeto de Pesquisa “Fronteiras, territorialidade e cultura: o Vale do Arinos na memória de seus habitantes” com financiamento público;
- y) Disponibilização de recursos para serviços de gráfica (via UNEMAT e via Prefeitura Municipal);
- z) Excelente engajamento nas suas redes sociais;
- aa) Excelente credibilidade nos círculos científicos e culturais em nível de estado (MT), como, por exemplo, nos grupos: Rede de Educadores em Museus e Patrimônio (REMP-MT) e Fórum de Cultura MT.
- bb) Internet assegurada à instituição;
- cc) Telefone fixo assegurado à instituição (66-3556-1808);
- dd) Veículos da Unemat e da Sec. Mun. De Cultura (MUVA, 2022, p. 10).

Este breve diagnóstico vai ao encontro das ações estabelecidas no Estatuto dos Museus (2009), prevista dentro do processo de o Plano Museológico, que tem se demonstrado um importante instrumento de gestão que deve ser construído de maneira participativa. O plano possibilita a organização, o planejamento e a definição das diretrizes estratégicas para a instituição museológica, garantindo a preservação, a gestão e a comunicação do patrimônio cultural museológico. A participação torna-se fundamental para assegurar que o plano atenda às necessidades e expectativas de todos os envolvidos, promovendo assim uma gestão democrática e inclusiva dos museus (Arruda, 2022).

Em vista disso, com base em Arruda (2022) e no Relatório Interno (2022), pode-se ressaltar alguns problemas que se constituem em entraves para o desenvolvimento institucional e a ampliação da política municipal de preservação do patrimônio cultural, através da musealização das referências culturais da região, sendo:

- i) Elaboração da Política de Acervos e da Política de Aquisição e Descartes, pois ambas são essenciais para garantir a preservação adequada dos bens culturais e a tomada de decisões informadas sobre a aquisição e descarte de itens do acervo.
- ii) Identificação de novos bens culturais musealizáveis, tornando uma prática permanente de modo a viabilizar um mapeamento contínuo e abrangente de novos bens culturais que possam ser incorporados ao acervo do museu, ampliando e diversificando a representatividade cultural.

iii) Organização da documentação museológica, considerando que permitirá a realização de uma gestão eficiente da documentação, bem como assegurará a integridade e a acessibilidade das informações sobre os acervos, facilitando a pesquisa e a comunicação museológica.

iv) Seleção e classificação de acervos (para mostra e comunicação museais), pois tais ações devem contribuir para a realização de curadorias criteriosas e a classificação dos acervos para garantir que as exposições e as atividades educativas reflitam a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural da região.

v) Criação de uma legislação municipal de tombamento e registro do patrimônio cultural, podendo através de uma legislação específica para o tombamento e registro do patrimônio cultural encontrar subsídios jurídicos, administrativos e financeiros para a preservação e valorização dos bens culturais da região e brasileiros.

A apresentação dos pontos acima decorre de uma análise que envolve o processo contínuo de estrangulamento administrativo e financeiro da instituição, destacado por Moraes (2022), patrocinado pelo poder público municipal como resultado da contestação dos agentes políticos à participação indígena, seja na comunicação museal a partir de maior visibilidade aos materiais expostos, seja mediante as visitas e usos dos espaços (estudantes indígenas da Unemat possuem a chave e/ou ficam hospedados numa das salas quando não possuem residência na cidade, ponto para um próximo debate) e diálogos travados nas instâncias de decisão.

Quando determinados sujeitos pertencentes aos grupos hegemônicos locais em Juara, Mato Grosso, perceberam que não teria poder exclusivo sobre a instituição museal, então passaram a pavimentar caminhos para o sucateamento e perseguições via prefeitura.

Atualmente, a gestão do MuVA é desenvolvida administrativamente por voluntários (incluindo-se o diretor da instituição), com custeio municipal apenas da limpeza, segurança, água e luz. Em contraste, o poder político local tem demonstrado o interesse em fechar a instituição no âmbito da administração municipal.

Esses dados apontam para avanços e recuos institucionais, tanto no âmbito de produções jurídicas e administrativas quanto na produção de análises críticas de viés acadêmico, que contribuem para o fortalecimento institucional e a revisão permanente das práticas de gestão e estratégias de ação do movimento social e cultural formado em torno do MuVA. Com isso, tem-se buscado ampliar as responsabilidades das instituições envolvidas na gestão compartilhada, como foi o caso da participação direta

na construção da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da Unemat entre 2019 e 2022.

Apesar dos problemas de ordem administrativa, o MuVA tem se consolidado como uma instituição de referência no contexto estadual, ampliando o diálogo com diversos povos indígenas além das quatro etnias presentes no município de Juara, estendendo-se para o Território do Alto Xingu, com o Povo Waurá, e para os municípios de Campinápolis e Barra do Bugres, em parceria com os povos Xavante e Umutina /Balotiponé, respectivamente.

Considerações finais

O MuVA é a primeira instituição pública municipal de preservação do patrimônio cultural da Amazônia mato-grossense que tem na sua gestão o compartilhamento do poder de decisão com representantes indígenas de diferentes etnias, a universidade e membros da sociedade civil por meio do Conselho Curador. Este modelo de gestão museal visa transformar o espaço de representação exógena do étnico e exposição de corpos, saberes, valores e instrumentos indígenas em um espaço ressignificado, com a participação indígena universal e além dos processos de gestão curatorial. Este novo movimento indígena e indigenista busca colocar os povos indígenas no centro do processo de idealização, construção e concepção de instituições museais nas regiões amazônicas. Compreendemos esse movimento como uma organização socioespacial pautada na decolonização dos museus amazônicos, visando desconstruir o mito de que um museu só pode ser considerado museu se for nos termos europeus e fundamentado nas epistemologias hegemônicas. Partindo do pressuposto de que a ciência deve cumprir uma função sociopolítica, os autores deste artigo se posicionam em defesa do museu decolonial, pois a neutralidade favorece o opressor, não o oprimido (Freire, 2014).

O MuVA se constituiu como resultado de lutas sociais, iniciativas de organizações populares e ações ligadas à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), idealizado pelo movimento de base indígena e indigenista. As iniciativas possibilitaram a construção e implementação do único instrumento municipal voltado para contribuir efetivamente na implementação de uma política municipal de preservação do patrimônio cultural do município de Juara (MT) por meio da musealização de referências culturais não indígenas e indígenas. A institucionalização legal do MuVA ocorreu através do diálogo e participação com o campo político-

partidário local, via Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura Municipal. Contudo, a fim de evitar que o museu se transformasse em um lugar de indicações por lideranças políticas e que a instituição não viesse a ser mais um espaço de preservação exclusiva da memória dos grupos que se dizem herdeiros da colonização, foram desenvolvidas muitas estratégias de organização para alcançar os objetivos estabelecidos pelo movimento social local integrados também na execução dos projetos de extensão e pesquisa universitários.

A museologia colaborativa e de base comunitária pautadas no contexto da museologia social desempenham um papel crucial na inclusão e representação das diversas vozes e culturas dentro dos espaços museológicos, incluindo os pontos de memória, promovendo um engajamento profundo e significativo com as comunidades locais. No entanto, entendemos que essa abordagem enfrenta além da fragilidade financeira também a da continuidade enquanto instituição de longo prazo, uma vez que depende fortemente da participação ativa e contínua das comunidades e de voluntários. Essa dependência pode comprometer a estabilidade e a sustentabilidade das instituições museológicas, com desonerações do poder público conforme a conjuntura política que impactam nas diferentes esferas governamentais. Por isso, consideramos fundamental a proposta do MuVA em pensar e propor a formulação de um novo modelo de estrutura museológica combinando a flexibilidade institucional e a inclusão da museologia colaborativa com mecanismos robustos de gestão e financiamento, assegurando a longevidade e a eficácia dos museus enquanto guardiões de dimensões e valores importantes do patrimônio cultural.

Qualquer política pública não deve existir apenas na abstração dos documentos, mas efetivar resultados sociais concretos. Nesse sentido, o MuVA, como um instrumento da política pública de preservação do patrimônio cultural que enfoca principalmente os povos indígenas em âmbito municipal, tem efetivado resultados concretos, mesmo que distante do ideal. Apesar das dificuldades, tem se tornado um ponto de referência na consolidação de um novo modelo de gestão compartilhada de museus com os povos indígenas, despertando o interesse de outras etnias de diferentes regiões do estado em se apropriar e ressignificar museu, com ações e ideias propostas para além da função de documentar, expor e comunicar.

A luta e vigilância constantes de grupos multidisciplinares de profissionais, voluntários, bolsistas e indígenas que participam de todas as suas dimensões demonstraram-se importantes não só no processo de criação e implantação, mas também na definição e cumprimento de garantia mínima para a abertura e o

desenvolvimento de atividades permanentes pelo museu. No entanto, o MuVA enfrenta desafios também dentro da UNEMAT, onde os espaços de gestão e decisão, como a Reitoria e Pró-Reitorias, frequentemente negligenciam os museus vinculados em seus planejamentos estratégicos e políticas institucionais, respondendo apenas a pressões pontuais do movimento coletivo de museus.

Por estar localizado na “Praça dos Colonizadores” – a principal praça e cartão postal da cidade –, pode-se constatar que o MuVA tem sido alvo de perseguições e estrangulamentos devido à constante presença indígena, e permanecendo fechado desde dezembro de 2023 devido aos ataques e negligências do poder executivo. Ainda assim, visando cumprir parte das atribuições do museu, o Conselho Curador disponibilizou uma sala de laboratório em 2024 como alojamento para estudantes indígenas, como os Xavante da Terra Indígena “Parabubure” e os Waurá do Território Indígena Xingu, que vieram estudar na UNEMAT, Campus de Juara. Esses estudantes iniciaram movimentos em suas aldeias para criar seus próprios museus, como o Museu “A'uwē Uptabi” em Campinápolis (MT) e um museu na aldeia Piyulaga, no Parque Indígena Xingu, ambos em parceria com o MuVA.

Esse movimento de criação de novos museus voltados para a preservação das referências culturais indígenas e a mudança na gestão dos museus indigenistas têm feito do MuVA uma instituição precursora na promoção e compartilhamento das responsabilidades institucional nas atividades intrínsecas a preservação do patrimônio cultural, enfrentando com isso os desafios impostos aos museus públicos e de base comunitária, bem como aos processos de musealização.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES pelo apoio imprescindível à pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST, que viabilizou a pesquisa que deu base a análise e formulação da Política Universitária de Museus e Patrimônio Cultural da UNEMAT.

Neste momento, cabe ressaltar a importância da atuação da CAPES no fomento de ações visando fixar jovens doutores e o fortalecimento das pós-graduações *stricto sensu* com conceito 4 nos estados da Amazônia Legal.

Por fim, registramos nossos agradecimentos a toda equipe do MuVA pela disponibilização dos dados solicitados e lutas empreendidas na defesa dessa proposta de museu.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido de Antônio Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Política de Museus e Patrimônio cultural da UNEMAT: trajetórias, perspectivas e desafios**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2022.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, vol. 7, n. 2, 2001. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570>. Acessado em: 9 mar. 2022

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P.; STREIFF, BARTH, Fredrik (orgs.). **“On the study of social change”**. **American Anthropologist**, 69(6). p. 661-669. 1976.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, compilado até a Emenda Constitucional no 129/2023. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 452p.

BRASIL. **Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Diário Oficial da União (D.O.U.), p.1. Brasília, DF, 18 de outubro de 2013.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Juara**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 06 de julho de 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Diário Oficial da União, p. 1, col. 3, seção 1. Brasília, DF, 15 janeiro de 2009.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2007.

CECEÑA, Ana Esther. Introdução. In: CECEÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p.7-11

CHAGAS, Mario; Gouveia, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação) **Cadernos do CEOM** / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, vol. 1, n.1 (jan./jul. 1986). Chapecó: Unochapecó, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice. **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, nº 34. Brasília-DF/ Rio de Janeiro: IPHAN, p.147-166, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A emergência da Museologia Social. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745, jun./dez. 2016.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômade. As cidades na Amazônia. **Proj. História**, São Paulo, (27), p. 49-69, dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10510>. Acesso em 04 set. 2023.

JOANONI NETO, Vitale. Os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso após 1970. **Póshistória**, Assis, v. 10, p. 219-237, 2002.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença**. A colonização de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2007.

JUARA, Mato Grosso. Museu do Vale do Arinos. **Lei municipal nº 2.682 de 15/01/2018**. Juara-MT, 2018. Disponível em www.museudovaledoarinos.org.br acesso em 15 jun. 2023.

JUARA, Mato Grosso. Museu do Vale do Arinos. **Lei municipal nº 2.874 de 16/10/2020**, cria e reorganiza o Museu. Juara-MT, 2020. Disponível em www.museudovaledoarinos.org.br acesso em 15 jun. 2023.

JUARA, Mato Grosso. Museu do Vale do Arinos. **Estatuto**. Juara-MT, 2021. Disponível em www.museudovaledoarinos.org.br acesso em 15 jun. 2023.

JUARA, Mato Grosso. Museu do Vale do Arinos. **Regimento Interno**. Juara-MT, 2021. Disponível em www.museudovaledoarinos.org.br acesso em 15 jun. 2023.

JUARA, Mato Grosso. Museu do Vale do Arinos. **Organograma**. Juara-MT, 2021. Disponível em www.museudovaledoarinos.org.br acesso em 15 jun. 2023.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Intangible Heritage as Metacultural Production. **Museum International**. no. 221–222, vol. 56, no. 1–2, p.52-65, 2004.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2ª ed. Revista. São Paulo. Edições Loyola, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** (Atualização da edição João Bosco Medeiros). 9. ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2023.

MATO GROSSO, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). **Legislação. Resolução 008-2022-CONEP**. Cáceres, 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas [Conferência Magna]. IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, v.1, p.2009.

MORAES, Saulo Augusto de. **Práxis, Tessituras e Interculturalidade: Um estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia**. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2002.

MORAES, Saulo Augusto. **Processos dialógicos complexos**: considerações iniciais sobre o projeto de pesquisa Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes e o Museu do Vale do Arinos. RELVA, Juara/MT/Brasil, v. 8, n. 2, p. 132-145, jul./dez. 2021.

MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. **O Museu do Vale do Arinos para os povos indígenas do Vale do Arinos: uma análise a partir da perspectiva indígena Munduruku**. Anais Vol. 14 (2019): Seminário de Educação do Vale do Arinos, Juara/MT, Brasil, 04-06 setembro 2019, Coordenação do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

OLIVO, Luis Carlos Cancelier de. **Direito administrativo**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires.

2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 25 de ago. 2023.

SADER, Emir. Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: CECENÑA, Ana Esther. Introdução. In: CECENÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p.15-34

SANT´ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças multifacetadas. Colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, Práticas Culturais e Memórias (1971-2008)**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História – História, Territórios e Fronteiras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2009.

SHOUYONG, Pan. Museums and the Protection of Cultural Intangible Heritage. **Museum International**, 60: p.12-19, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.2008.00632.x> Acesso em: Acesso em 04 de jul. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAN VELTHEM, Lucia Hussak; BENCHIMOL, Alegria. Museus, coleções, exposições e povos indígenas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 468–486, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/78477>. Acesso em: 5 jul. 2024.